



7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 14 de janeiro de 2022

|  |  |   |  |   |   |  |   |
|--|--|---|--|---|---|--|---|
| <b>Bolsas</b><br>Na quinta-feira<br><b>0,15%</b><br>São Paulo<br><b>0,49%</b><br>Nova York | <b>Pontuação B3</b><br>Ibovespa nos últimos dias<br><b>101.945</b> / <b>105.529</b><br>10/01 11/01 12/01 13/01 | <b>Salário mínimo</b><br><b>R\$ 1.212</b> | <b>Dólar</b><br>Na quinta-feira<br><b>R\$ 5,529</b><br>(-0,1%)<br>Últimas cotações (em R\$)<br>7/janeiro 5,631<br>10/janeiro 5,674<br>11/janeiro 5,579<br>12/janeiro 5,535 | <b>Euro</b><br>Comercial, venda na quinta-feira<br><b>R\$ 6,337</b> | <b>Capital de giro</b><br>Na quinta-feira<br><b>6,76%</b> | <b>CDB</b><br>Prefixado 30 dias (ao ano)<br><b>9,87%</b> | <b>Inflação</b><br>IPCA do IBGE (em %)<br>Agosto/2021 0,87<br>Setembro/2021 1,16<br>Outubro/2021 1,25<br>Novembro/2021 0,95<br>Dezembro/2021 0,73 |
|--|--|---|--|---|---|--|---|

## SEU BOLSO

# Remédios devem subir 10% e planos de saúde, 15%

Cálculos são do Citi e do BTG Pactual. No caso dos convênios médicos, a previsão se refere a contratos individuais e familiares, que têm o percentual de correção anual fixado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar

» TAÍSA MEDEIROS  
» BERNARDO LIMA\*  
» MARIA EDUARDA ANGELI\*

Júlio Lapagessa/CB/D.A Press



A jovem Isabela Ribeiro, 25, diagnosticada com síndrome de Turner, precisa fazer tratamento contínuo por conta da doença, de origem genética. Autônoma, ela conta que não consegue arcar com os pesados custos de um plano de saúde. “Os planos têm se tornado cada vez mais caros, eu não tenho condições de pagar. A não ser que eu tenha um emprego de carteira assinada que me forneça um plano de saúde”, condiciona. Para a jovem, um dos grandes benefícios de ter um convênio médico seria realizar exames com mais rapidez, já que, muitas vezes, a dinâmica da rede pública é mais demorada.

Neste começo de ano, os bancos, tradicionalmente, começam a fazer as contas e sinalizam os aumentos na área da saúde que vem por aí: pelos cálculos do Citi, os medicamentos terão alta de 10%. Já os planos de saúde, pelas projeções do BTG Pactual, devem ficar 15% mais caros. Um impacto no bolso de todos os brasileiros.

Atualmente, Isabela Ribeiro faz tratamento no Hospital de Base do Distrito Federal e busca medicamentos e atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Mas isso não a deixa imune dos impactos causados pela alta dos preços dos remédios. “Meu hormônio de crescimento é fornecido pelo SUS, mas os outros medicamentos que os médicos passam eu tenho que comprar. Lidar financeiramente com isso é procurar cupom, desconto, assistência do SUS em tudo que você tiver direito e tentar minimizar os custos ao máximo”, relata.

O economista e professor de Especialização em Mercado Financeiro na Universidade de Brasília (UNB) César Augusto Bergo explica que os aumentos refletem a inflação e os custos dos insumos. “No caso do medicamento, tem o aspecto da importação dos insumos, que opera em relação ao



**Os planos têm se tornado cada vez mais caros, eu não tenho condições de pagar. A não ser que eu tenha um emprego de carteira assinada que me forneça um plano de saúde”**

**Isabela Ribeiro, autônoma**

dólar. Na hora de comprar, às vezes não se encontra o genérico, e não dá pra deixar de tomar. Mas existem remédios hoje que estão totalmente fora do orçamento das famílias”, analisa.

Isabela lamenta que, dentro da realidade brasileira, não haja nada que se possa fazer para frear o aumento dos preços e desabafa: “As vezes, gasto R\$ 300 ou R\$ 400 de farmácia por mês. Na maioria das vezes, utilizo cartão de crédito. Só resta minimizar os custos da forma como a gente consegue”.

Os ajustes que os brasileiros fazem para reduzir gastos também estão presentes quando se trata dos planos de saúde. Há quem opte por planos mais simples para não arcar com custos exorbitantes — e as operadoras de saúde fornecem opções. “Alguns planos usam artifícios de reduzir a cobertura, de hospitais, médicos, procedimentos para que não exista tanto aumento na mensalidade. Mas o consumidor

precisa ficar atento, porque toda a cobertura a qual ele tem acesso, que assinou no contrato, não pode mudar no meio do período”, alerta o economista.

O aumento nas parcelas dos planos de saúde vai além da questão monetária: impacta a qualidade do serviço. “Contratos de saúde com cobertura genérica implicam em aumento de custo para o consumidor, porque, na prática, a cobertura reduziu. Piora a qualidade do plano”, avalia Bergo. Ele destaca que há muitas operadoras no mercado, e o plano precisa ser escolhido de acordo com a situação de cada pessoa, para que, no fim das contas, os custos com saúde não pesem tanto no orçamento e de fato atendam a realidade do consumidor.

O advogado especialista em contratos de plano de saúde Marco Mota diz que o aumento de 15% estimado para os convênios individuais pode dar um susto no primeiro momento, mas se mantém na média dos últimos anos. “Se observarmos os anos

anteriores à pandemia, de 2015 até 2019, constataremos que a média de reajuste anual foi de 11,60%. O reajuste estimado revela a volta aproximada aos percentuais anteriores, somados ao aumento de custos para tratamentos das demandas eletivas que estavam represadas”, analisa.

Tradicionalmente, reajustes nos planos individuais também costumam puxar aumento nos convênios coletivos, que são a maioria dos contratos no Brasil. No entanto, Marco diz que é difícil estipular o quanto o aumento de 15% nos planos individuais pode influenciar em um reajuste nos coletivos: “Considerando que os reajustes nos planos coletivos sempre são acima dos individuais, já que não são regulados pela ANS, é difícil prever se esse percentual também ocorrerá nesses planos coletivos”, afirma o advogado.

\*Estagiárias sob a supervisão de Odaíl Figueiredo

## Peso para os idosos

Caso se concretize, um reajuste de 15% nos planos de saúde individuais pode trazer riscos para a saúde pública brasileira, especialmente para a população com a idade mais avançada, observa o advogado especialista em contratos de plano de saúde, Marco Mota. “Os reajustes anuais, sempre muito acima da inflação e dos aumentos salariais, acabam expulsando beneficiários de mais idade do sistema, pois não conseguem arcar com a mensalidade do plano e acabam migrando para o sistema público”, observa.

A respeito dos reajustes dos planos de saúde, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) informa que o percentual máximo a ser autorizado para os planos individuais ou familiares está sendo calculado e será informado após conclusão dos cálculos e manifestação do Ministério da Economia. A Agência não estima a data para a divulgação dos percentuais de aumento.

### Regras

Cada tipo de contratação, sejam os planos individuais/familiares, sejam os coletivos (empresariais e por adesão), tem regras específicas. Nos planos individuais ou familiares, por exemplo, a ANS definiu que as operadoras deveriam reduzir as mensalidades em até 8,19% entre maio de 2021 e abril de 2022. Agora, haverá aumento. A Agência salienta, ainda, que os consumidores podem solicitar à operadora a memória de cálculo e a metodologia utilizada para justificar a correção das mensalidades. As empresas têm prazo máximo de 10 dias para fornecer as informações.

## PREVIDÊNCIA

# INSS suspende perícias

» LUANA PATRIOLINO

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) suspendeu a realização das perícias para revisão do auxílio-doença, por conta do expressivo aumento de casos de covid-19 no país. A portaria foi publicada ontem e já está valendo.

A decisão foi tomada de forma conjunta com a Subsecretaria da Perícia Médica Federal (SPMF) da Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência. Ainda ficam mantidos os mutirões de perícias médicas que estavam previamente agendados.

O procedimento é destinado, exclusivamente, aos beneficiários do antigo auxílio-doença, incluindo o de acidentes, e engloba apenas as pessoas que estão

há mais de seis meses sem passar por perícia médica e sem data definida para cessação do benefício.

De acordo com o INSS, as perícias que foram suspensas serão remarcadas para o segundo semestre de 2022. “O INSS irá comunicar os segurados sobre a nova data de remarcação. Os segurados convocados para o Programa de Revisão que tiveram a perícia suspensa continuarão recebendo o benefício normalmente, até serem atendidos pela Perícia Médica”, informou a autarquia, em nota.

O advogado Wanderson Farias de Camargos, especialista em direito previdenciário, explica que o órgão pode suspender a revisão desde que dê oportunidade ao segurado de realizar uma perícia de prorrogação. “Ele deve solicitá-la com a finalidade de

restabelecer o benefício com pelo menos 15 dias antes de cessá-lo. Somente após o resultado da perícia, o INSS pode suspender o auxílio”, explicou.

O INSS decidiu suspender a revisão por conta da nova onda de covid-19, provocada pela variante ômicron. Somente ontem, foram notificados, no Brasil, 97.986 novos casos da doença e 174 mortes em decorrência do novo coronavírus. Com a atualização dos números oficiais, o país já soma 620.545 óbitos e 22.814.917 contaminações desde o começo da pandemia.

### Avaliação remota

Também ontem foi publicada outra portaria, apenas do INSS, que institui uma

Marcelo Casal Jr./Agência Brasil



### Medida alcança beneficiários do auxílio-doença

experiência-piloto de perícias médicas por meio de teleavaliação. A avaliação remota poderá ser feita junto a prefeituras que tenham

acordo de cooperação técnica (ACT) com a autarquia. A experiência inicial terá um prazo de 90 dias, que pode ser prorrogado.

## » Auxílio para pais solteiros

A Caixa Econômica Federal creditou, ontem, entre R\$ 600 e R\$ 3 mil para 823,4 mil pais solteiros como complemento do Auxílio Emergencial de 2020. O anúncio foi feito pelo presidente da Caixa, Pedro Guimarães, ao anunciar que o valor dos pagamentos do Auxílio Brasil. O objetivo da cota extra do Auxílio Emergencial de 2020 é equiparar ao valor de R\$ 1.200 mensais recebido apenas por mães solteiras na última edição do programa. Guimarães explicou que o valor do atual complemento depende da quantidade de parcelas que os homens receberam em 2020.